



## 5º Simposio de Ensino de Graduação

### **EFEITOS ADVERSOS DA PÓS-VACINAÇÃO COM AS VACINAS: CONTRA DIFTERIA TÉTANO E COQUELUCHE E CONTRA ROTAVÍRUS HUMANO NO MUNICÍPIO DE PIRACICABA**

#### **Autor(es)**

ANA PAULA CERON

#### **Co-Autor(es)**

FABIANA GARBIM MEDINA

#### **Orientador(es)**

Ângela Márcia Fossa

#### **1. Introdução**

A imunização é uma prática milenar que institucionalizou-se como estratégia de prevenção e saúde pública no século XX, sob a forma de vacinação (SÃO PAULO, 2000). As experiências de Edward Jenner em 1765 trouxeram contribuições significativas para a área de saúde e possibilitaram o aperfeiçoamento das vacinas.

A vacina é produto farmacêutico que contém um ou mais agentes imunizantes (vacina isolada ou combinada) em diversas formas biológicas, quais sejam: bactérias ou vírus vivos atenuados; vírus inativados e bactérias mortas; componentes purificados e/ou modificados dos agentes causadores das doenças contra as quais a vacina é dirigida (SÃO PAULO, 2000).

O processo imunológico é um meio pelo qual se desenvolve a proteção conferida pela vacina, que compreende o conjunto de mecanismos através dos quais o organismo humano reconhece uma substância como estranha, para, em seguida metabolizá-la, neutralizá-la ou eliminá-la, a resposta imune da vacina depende basicamente do próprio organismo ter capacidade para uma resposta eficaz. Vários são os fatores inerentes ao organismo que recebe a vacina para que haja essa metabolização adequada, isto é a capacidade de resposta do organismo à vacina administrada como, por exemplo: a idade, doença de base, tratamento imunodepressor (BRASIL, 2001; BRASIL, 2006)

As vacinas são constituídas por diversos componentes biológicos e químicos que, ainda hoje, apesar de aprimorados processos de produção e purificação, podem produzir efeitos indesejáveis ou adversos.

A incidência desses eventos varia conforme características do produto, da pessoa a ser vacinada e do modo de administração. Algumas manifestações são esperadas após o emprego de determinadas vacinas e, geralmente benignas, correspondem a distúrbios passageiros e a leve desconforto, com evolução autolimitada. (BRASIL, 2003)

Com tudo podemos dizer que a notificação dos eventos adversos pós-vacinação é muito importante uma vez que as vacinas são administradas em crianças saudáveis com o objetivo de prevenir a ocorrência de doença.

Quando ocorrem efeitos adversos gera insegurança o que pode comprometer a adesão da família ao programa de imunização, levando ao abandono do esquema vacinal preconizado e aumento na incidência de doenças imunopreveníveis (FIGUEIREDO, 2007).

Este trabalho identifica a situação do município de Piracicaba em relação à notificação dos eventos adversos da vacina tríplice bacteriana ou vacina contra a Difteria, Tétano e Coqueluche (DTP) e a vacina contra o rotavírus, administradas nas Unidades de Saúde do Município, que estão inseridas no programa nacional de imunização e são de suma importância para as crianças na faixa etária de 2 meses a 5 anos, e identifica quais as medidas que estão sendo adotadas no caso de efeitos adversos.

## 2. Objetivos

---

Identificar as notificações de efeitos adversos pós-vacinação no município de Piracicaba no período de Janeiro de 2006 à Junho de 2007, referente às vacinas DTP e rotavírus e conhecer as condutas estabelecidas.

## 3. Desenvolvimento

---

Os dados foram obtidos através da análise das notificações de eventos adversos que são encaminhadas a Vigilância Epidemiológica pelas Unidades de Saúde do município de Piracicaba.

A população em estudo é composta por crianças menores de 7 anos, que receberam as vacinas DTP e rotavírus, que apresentaram eventos adversos, e que foram notificados ao setor de imunização, no período de janeiro de 2006 a junho de 2007.

Foram incluídos no estudo casos cuja ficha de investigação constava informações mínimas como: nome, idade, tipo de vacina, descrição do evento, unidade básica que notificou, data e dose da vacina, data e hora da reação, conduta. E excluídas fichas que não tinham informações mínimas para a realização da pesquisa.

## 4. Resultados

---

Foram notificados 25 casos de efeitos adversos da vacina contra rotavírus. Dos casos notificados, observou-se maior incidência em crianças do sexo masculino, sendo 18 (72%), e feminino 07 (28%). Dos efeitos adversos notificados 17 (68%) correspondem à administração da 1ª dose e 08 (32%) foram efeitos notificados após a administração da 2ª dose da vacinação contra o rotavírus. Os sintomas mais frequentes foram: evacuação com sangue 13 (52%), vômito 05 (20%), cólica 05 (20%), distensão abdominal 02 (8%), diarreia 05 (20%), dor abdominal 02 (8%), todos esses sintomas condizem com os que são descritos na literatura (BRASIL, 2005).

Dos casos notificados 22 (88%) crianças tiveram efeitos adversos quando receberam a administração da 1ª dose, sendo que destas crianças apenas 03 (12%), tiveram a 2ª dose da vacina rotavírus suspensa ou contra-indicada. Manteve-se o esquema vacinal para 19 (76%) das crianças.

Em relação à vacina DTP foram notificados 29 casos de reações adversas. Constatou-se maior incidência em crianças do sexo masculino, num total de 18 (62,1%), e feminino 11 (37,9%). Nestas notificações, os sintomas mais frequentes foram: Síndrome Hipotônica Hiporresponsiva (SHH) 08 (27,5%), dor 11 (37,9%), choro persistente em 10 (34,4%) dos casos, febre 11 (37,9%), sonolência 06 (20,6%), nódulo 05 (17,2%), cianose 03 (10,3%), convulsão 01 (3,4%), tremores 01 (3,4%), e exantema 01 (3,4%).

De acordo com a literatura a febre alta e o choro persistente não constituem contra-indicação à dose subsequente de DPT, devendo-se ter precaução para futuras doses, com a administração de antitérmico antes da aplicação da vacina e depois, periodicamente, durante 24 a 48 horas após a vacinação (BRASIL, 2001).

Para 09 (31%) das crianças que apresentaram eventos adversos como SHH, cianose e convulsões, após a avaliação realizada pela equipe da Vigilância Epidemiológica determinaram-se a contra indicação do

esquema vacinal de rotina com DTP, sendo indicado para estes casos a DTP acelular.

Em caso de convulsão, síndrome hipotônico-hiporresponsiva e encefalopatia, a vacina DPT estará contra-indicada, devendo-se dar continuidade ao esquema, substituindo a DTP por dupla tipo infantil (DT). Na ocorrência do choque anafilático, contra indica-se para sempre todos os componentes da vacina (BRASIL, 2001).

Atualmente, dispõe-se de uma vacina tríplice com componente pertussis acelular (DTP acelular) muito menos reatogênica e com alta eficácia. Em alguns países, ela já está introduzida na rotina a partir dos dois meses, sendo a vacina de escolha para a imunização contra difteria, pertussis e tétano. Em nosso meio, devido ao seu custo ainda elevado, não deverá ser incluída tão cedo no calendário básico do Programa Nacional de Imunização. A vacina DTP acelular pode ser utilizada como alternativa em crianças que apresentaram reações à dose anterior com DTP de células inteiras, particularmente convulsão ou síndrome hipotônico-hiporresponsiva (BRASIL, 2001)

## 5. Considerações Finais

---

Conhecer a dimensão dos efeitos adversos é de fundamental importância para reduzir o abandono do esquema vacinal. Estamos trabalhando na coleta de dados junto as Unidades de Saúde que notificaram efeitos adversos para identificar se as crianças que tiveram reação mantiveram esquema proposto após a avaliação dos eventos adversos, principalmente nos caso em que a conduta foi a de manter o esquema de rotina com mesmas doses do esquema de imunização nacional.

Identificar a adesão é importante para nortear o trabalho com os responsáveis e garantir a melhor cobertura vacinal das crianças.

## Referências Bibliográficas

---

BRASIL. Ministério de Saúde, Fundação Nacional de Saúde. Manual de Normas de Vacinação. Brasília (DF) 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério de Saúde, Fundação Nacional de Saúde. Vigilância dos Eventos Adversos Pós Vacinação. Brasília, 2003

\_\_\_\_\_. Ministério de Saúde, Fundação Nacional de Saúde. Manual de Procedimentos Para a Vacinação. Brasília (DF) 2006

\_\_\_\_\_. Ministério de Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Doença Diarréica por Rotavírus: vigilância epidemiológica e prevenção pela vacina oral de rotavírus humano: informe técnico. Brasília (DF), 2005.

FIGUEIREDO, Glória Lúcia Alves, Experiências de famílias sobre vacinação de crianças menores de dois anos: subsídios para o cuidado de enfermagem. Ribeirão Preto, 2007;

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. Centro de Vigilância Epidemiológica “Prof. Alexandre Vranjac” – Norma do Programa de Imunização, 2ª ed. São Paulo (SP); 2000.

## Anexos

---

## EVENTOS ADVERSOS DA DTP

